

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	21
Capítulo 1 INTRODUÇÃO	23
Capítulo 2 DA TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	29
Capítulo 3 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	41
3.1 Transparência como Instrumento do Estado Democrático	57
3.2 Direito Fundamental Preferencial	63
3.3 Informação: Direito ou Garantia	66
Capítulo 4 FONTES DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	69
4.1 Fontes Primárias	70
4.1.1 Tratados e pactos	70
4.1.1.1 ONU	71
4.1.1.2 OEA	78
4.1.2 Constituição Federal	79
4.1.3 Direito de informação em sentido amplo	84
4.1.4 Do direito de informação em sentido estrito	85
4.1.5 Conceito de “órgãos públicos”	86
4.1.6 Da sujeição da Administração Pública à transparência	87
4.1.7 Dos princípios constitucionais de transparência	94
4.1.7.1 Princípio da legalidade	95
4.1.7.2 Princípio da impessoalidade	98
4.1.7.3 Princípio da moralidade	100
4.1.7.4 Princípio da publicidade	103
4.1.7.5 Princípio da eficiência	106
4.1.8 Lei Ordinária	107
4.1.8.1 Lei 8.159	107
4.1.8.2 Lei 11.111	108
4.1.8.3 Lei 12.527	109
4.2 Fontes Secundárias	110
4.2.1 Europa	110
4.2.1.1 Convenção europeia sobre documentos oficiais	110
4.2.1.2 França	111
4.2.1.3 Alemanha	112

4.2.1.4	Espanha.....	112
4.2.1.4.1	Base constitucional	112
4.2.1.4.2	Base normativa	113
4.2.1.4.3	Preâmbulo.....	113
4.2.1.4.4	Quem está obrigado à transparência... 116	
4.2.1.4.5	Publicidade ativa.....	118
4.2.1.4.6	Das informações restritas.....	119
4.2.1.4.7	Dos processos administrativos.....	122
4.2.1.4.8	Conselho de Transparência e Bom Governo	123
4.2.2	América Ibérica	125
4.2.2.1	Chile	125
4.2.2.1.1	Base constitucional	125
4.2.2.1.2	Das restrições à transparência.....	127
4.2.2.1.3	Das informações disponíveis	128
4.2.2.1.4	Princípios	131
4.2.2.1.5	Órgão de avaliação das informações... 134	
4.2.2.2	Peru.....	139
4.2.2.2.1	Base constitucional	139
4.2.2.2.2	Das restrições à transparência.....	141
4.2.2.2.3	Princípio da publicidade	148
4.2.2.2.4	Das informações disponíveis	149
4.2.2.3	Colômbia	152
4.2.2.3.1	Base constitucional	152
4.2.2.3.2	A constitucionalidade da lei.....	155
4.2.2.3.3	Princípios	156
4.2.2.3.4	Quem deve prestar informações	158
4.2.2.3.5	Restrição no acesso à informação	160
4.2.2.3.6	Disponibilização da informação	161
4.2.2.3.7	Informações obrigatórias	162
4.2.2.3.8	Informações restritas.....	166
4.2.2.3.9	Ministério Público	170
4.2.2.4	México.....	171
4.2.2.4.1	Base constitucional	171
4.2.2.4.2	Informação reservada.....	177
4.2.2.4.3	Princípios	179
4.2.2.4.4	Informações públicas	180
4.2.2.4.5	Órgão de avaliação das informações... 185	
4.2.2.4.6	Requisitos	186
4.2.2.4.7	Atribuições.....	187

Capítulo 5 DO ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL	189
5.1 Lei Federal de Acesso à Informação.....	189
5.1.1 Generalidades.....	189
5.1.2 Quem deve prestar informações.....	190
5.1.3 Dos poderes do Estado.....	191
5.1.4 Das pessoas jurídicas vinculadas à Administração Pública.....	193
5.1.4.1 Autarquia.....	194
5.1.4.1.1 Exemplos.....	195
5.1.4.1.2 Conselhos profissionais.....	198
5.1.4.1.3 Ordem dos Advogados do Brasil.....	199
5.1.4.2 Fundação pública.....	202
5.1.4.2.1 Exemplos.....	203
5.1.4.3 Empresa pública.....	204
5.1.4.3.1 Exemplos.....	204
5.1.4.4 Sociedade de economia mista.....	205
5.1.4.4.1 Exemplos.....	206
5.1.4.5 Demais entidades.....	207
5.1.4.5.1 Consórcio público.....	208
5.1.4.5.1.1 Exemplos.....	208
5.1.4.5.2 Concessionárias e permissionárias de serviços públicos.....	209
5.1.4.5.2.1 Outras concessões.....	213
5.1.4.6 Entidades privadas sem fins lucrativos.....	213
5.1.4.6.1 Serviços sociais autônomos.....	216
5.1.4.6.1.1 Exemplos.....	216
5.1.4.6.2 Organizações sociais.....	217
5.1.4.6.2.1 Exemplos.....	218
5.1.4.6.3 Organizações da sociedade civil de interesse público.....	219
5.1.4.6.4 Fundações de apoio.....	219
5.1.4.6.4.1 Exemplos.....	220
5.1.5 Do limite legal de transparência.....	220
5.1.6 Pessoas jurídicas que, pela natureza da atividade, são de interesse coletivo.....	223
5.1.6.1 Partido político.....	223
5.1.6.2 Entidades de classe.....	228
5.1.6.3 Pessoas físicas e jurídicas que recebam benefícios estatais.....	230
5.1.7 Princípios legais que avalizam a transparência.....	235

5.1.7.1	Princípios básicos da Administração Pública	236
5.1.7.2	Princípio da máxima publicidade	236
5.1.7.2.1	Impende de pedido a divulgação	238
5.1.7.2.2	Meios de divulgação	239
5.1.7.2.3	Fomento da cultura da transparência	239
5.1.7.2.4	Controle social da Administração Pública	240
5.1.8	Do acesso à informação	240
5.1.8.1	Municípios pequenos	247
5.1.9	Das restrições inconstitucionais	250
5.1.9.1	Das votações de parlamentares	252
5.1.9.2	Das sessões secretas	258
5.1.10	Dos órgãos do Poder Judiciário	262
5.1.10.1	Do segredo de justiça	263
5.1.10.2	Da ordem cronológica para julgamento pelos tribunais	265
5.1.11	Sigilo em defesa da intimidade	269
5.1.11.1	Interesse de agir	271
5.1.11.2	Legitimidade das partes	271
5.1.11.3	Possibilidade jurídica do pedido	272
5.1.11.4	Intimidade demonstrada nas condições da ação	273
5.1.11.5	Com relação ao réu	275
5.1.12	Sigilo em defesa do interesse social	275
5.1.13	Sigilo em processos cíveis	276
5.1.13.1	Exceções de sigilo	277
5.1.13.1.1	Casamento e divórcio	277
5.1.13.1.2	Crime de bigamia	281
5.1.13.1.3	Reconhecimento, guarda e alimentos	281
5.1.14	Sigilo em processos criminais	282
5.1.14.1	Da peculiaridade do processo penal	282
5.1.14.2	Menor infrator	283
5.1.15	Disponibilidade do direito como pressuposto ao sigilo	286
5.1.15.1	Do alcance do inc. IX do art. 93	288
5.1.15.1.1	Dos efeitos da inconstitucionalidade	291
5.1.15.1.2	Repristinação da redação anterior	291
5.1.15.1.3	Interpretação restritiva do novo texto	292
5.1.16	Segredo industrial	292
5.1.16.1	Das estatais	293
5.1.16.2	Demais pessoas vinculadas à Administração Pública	298

5.1.17 Do objeto da informação	298
5.1.17.1 Informação de interesse particular.....	299
5.1.17.2 Informação de interesse público	301
5.1.18 Singularidade do interesse coletivo à informação	305
5.1.18.1 Advogados.....	306
5.1.19 Da aparente antinomia normativa	310
5.1.19.1 Do direito fundamental ao sigilo	310
5.1.19.2 Da ponderação de direitos	311
5.1.19.3 Da prevalência do interesse coletivo sobre o individual.....	318
5.1.20 Pessoas jurídicas que integram ou participam da Administração Pública.....	322
5.1.20.1 Pessoas físicas	326
5.1.21 Teoria dos poderes implícitos	329
5.1.22 Informações legalmente exigíveis	335
5.1.22.1 Informação como instrumento.....	335
5.1.22.2 Informação propriamente dita	337
5.1.23 Quanto ao objeto.....	337
5.1.24 Quanto ao conteúdo	339
5.1.25 Informações obrigatórias	343
5.1.26 Situações peculiares no acesso à informação	351
5.1.26.1 Primeira hipótese	351
5.1.26.2 Segunda hipótese	352
5.1.26.3 Terceira hipótese	352
5.1.26.4 Quarta hipótese.....	353
5.1.26.5 Quinta hipótese.....	354
5.1.26.6 Sexta hipótese.....	355
5.1.27 Da restrição à informação	358
5.1.28 Valoração compensatória	360
5.1.28.1 Sigilo	361
5.1.28.2 Hipóteses de segurança estatal	362
5.1.28.2.1 Inc. I.....	362
5.1.28.2.2 Inc. II	363
5.1.28.2.3 Inc. IV.....	367
5.1.28.2.4 Inc. V	368
5.1.28.2.5 Inc. VII	369
5.1.28.3 Hipóteses de segurança da sociedade	371
5.1.28.3.1 Inc. III.....	371
5.1.28.3.2 Inc. VI.....	373
5.1.28.3.3 Inc. VIII	374

5.1.29	Do prazo do sigilo.....	376
5.1.29.1	Com relação à Administração Pública.....	377
5.1.29.2	Da proteção ao Poder Executivo.....	377
5.1.29.3	Critérios para classificação.....	378
5.1.29.4	Com relação a pessoas.....	379
5.1.29.5	Uso indevido.....	380
5.1.29.6	Quem classifica as informações.....	381
5.1.29.7	Requisitos para a classificação.....	382
5.1.29.8	Da nova avaliação.....	383
5.1.29.9	Da transparência.....	383
5.1.29.10	Comissão Mista de Reavaliação de Informa- ções.....	384
5.1.29.10.1	Composição.....	385
5.1.30	Da inconstitucionalidade dos prazos de sigilo.....	386
5.1.30.1	Prazos constitucionais de sigilo.....	388
5.1.30.2	Informações sigilosas.....	389
5.1.30.3	Do controle da informação pelo Governo.....	395
5.1.31	Legitimidade ativa.....	396
5.1.31.1	Pessoas físicas.....	398
5.1.31.2	Pessoas jurídicas.....	398
5.1.31.3	Entidades de fato ou sem personalidade júri- dica.....	398
5.1.31.4	Ministério Público.....	399
5.1.31.4.1	Da autonomia do Ministério Público.....	403
5.1.31.5	Defensoria Pública.....	404
5.1.31.5.1	Da autonomia da Defensoria Pública.....	410
5.1.31.6	Dos veiculos de imprensa.....	410
5.1.32	Limites geográficos para se requerer informação.....	410
5.1.33	Medidas disciplinares.....	411

Capítulo 6	DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL.....	421
6.1	Do Processo Administrativo.....	422
6.1.1	Prazo para disponibilizar a informação.....	424
6.1.2	Especificidades sobre a informação requerida.....	425
6.1.3	Custo dos serviços.....	427
6.1.4	Preservação da integridade documental.....	428
6.1.5	Dos recursos.....	428
6.1.5.1	Prazos.....	429
6.1.5.2	Recurso comum (ou ordinário).....	429
6.1.5.3	Recurso especial.....	430

6.1.5.3.1	Controladoria-Geral da União	430
6.1.5.3.2	Ministro de Estado.....	432
6.1.5.4	Recurso extraordinário	432
6.2	Do Processo Judicial.....	433
6.2.1	Informações iniciais.....	433
6.2.2	Legitimidade ativa.....	433
6.2.3	Ações judiciais.....	434
6.2.3.1	Ações comuns.....	434
6.2.3.1.1	Procedimento sumário	437
6.2.3.1.2	Procedimento ordinário	437
6.2.3.2	Ações específicas.....	439
6.2.3.2.1	Do mandado de segurança.....	439
6.2.3.2.1.1	Do mandado de segu- rança individual.....	440
6.2.3.2.1.1.1	Impropriedade do no- me.....	440
6.2.3.2.1.1.2	Objeto	440
6.2.3.2.1.1.3	Polo ativo.....	441
6.2.3.2.1.1.4	Polo passivo.....	442
6.2.3.2.1.1.5	Fixação da competên- cia.....	444
6.2.3.2.1.1.6	Vedações legais à pro- positura.....	446
6.2.3.2.1.1.7	Prazo	450
6.2.3.2.1.1.8	Do processo	451
6.2.3.2.1.2	Do mandado de segu- rança coletivo	454
6.2.3.2.1.2.1	Legitimidade ativa	454
6.2.3.2.1.2.2	Objeto	455
6.2.3.2.1.2.3	Peculiaridades	457
6.2.3.2.2	Do habeas <i>data</i>	458
6.2.3.2.2.1	Objeto	460
6.2.3.2.2.2	Polo passivo	462
6.2.3.2.2.3	Fixação da competência..	463
6.2.3.2.2.4	Processamento	464
6.2.3.2.2.4.1	Petição inicial.....	464
6.2.3.2.2.4.2	Citação	467
6.2.3.2.2.4.3	Ministério Público	467

6.2.3.2.2.4.4	Decisão	467
6.2.3.2.3	Da ação civil pública	469
6.2.3.2.3.1	Objeto.....	469
6.2.3.2.3.2	Competência	471
6.2.3.2.3.3	Legitimidade ativa.....	472
6.2.3.2.3.4	Legitimidade passiva.....	473
6.2.3.2.3.5	Ministério Público.....	473
6.2.3.2.3.5.1	Inquérito civil pela De- fensoria Pública.....	475
6.2.3.2.3.6	Petição inicial.....	476
6.2.3.2.3.7	Processamento.....	476
6.2.3.2.3.8	Custas.....	477
6.2.3.2.4	Da liminar ou da antecipação de tu- tela	478
6.2.3.2.5	Direito de petição e de obter infor- mações	479
Capítulo 7	PERSPECTIVAS DO DIREITO À INFORMAÇÃO NO SÉCULO XXI	483
7.1	Lei de Acesso à Informação Ambiental.....	485
REFERÊNCIAS	491
ANEXO	515
ÍNDICE ALFABÉTICO	525